



# Anais da Assembléia

Nº 15

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Jílilo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18.03.98**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados César Seleme e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basilio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiesel, Duilio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hideozaki Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 054/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Os portadores de deficiência física e com dificuldades de locomoção ficam isentos do pagamento total ou parcial do imposto de circulação de mercadorias e serviços - ICMS, e exclusivamente, na compra de veículos automotores, nos termos de autorização do Chefe do Poder Executivo e desta Lei.

Art. 2º - Para concessão do benefício, o candidato deverá encaminhar requerimento ao Secretário de Estado da Fazenda, fazendo constar o grau de deficiência com o respectivo laudo médico.

Parágrafo Único - O Secretário de Estado da Fazenda indicará a concessão do benefício, bem como os percentuais concedidos.

Art. 3º - O veículo automotor servirá exclusivamente para uso do portador de deficiência física em suas atividades, vedada a permuta, venda ou outra transação comercial.

Parágrafo Único - O Departamento de Trânsito fará constar no licenciamento do veículo a peculiaridade do mesmo.

Art. 4º - Em caso de venda ou troca posterior, e em casos não especificados por esta Lei, deverá o comprador pagar o imposto de circulação de mercadorias e serviços sobre o valor atualizado do veículo.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(a) BÉTO RICHÁ

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa conceder autorização ao Chefe do Poder Executivo, nos termos constitucionais e legais, no sentido de isentar total ou parcialmente do pagamento do ICMS os portadores de deficiência física e com dificuldades de locomoção.

É notório que um número expressivo destas pessoas tem não só dificuldade locomotora como também financeira e/ou econômica.

Dando-lhes, porém, as necessárias oportunidades em termos de treinamento, educação e viabilizando sua locomoção, possuem condições para desenvolver uma vida livre e independente, realizando-se como pessoas e cidadãos.

Pelo elevado alcance social da proposta, certamente receberá todo apoio dos demais membros desta Casa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência, de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, para o Projeto de Lei nº 399/96, de autoria deste Parlamentar, que autoriza o Executivo, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, a firmar convênios com Prefeituras e empresas privadas, para uso dos barracões ociosos para pequenas empresas.

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

##### REQUERIMENTO Nº 301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência, de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, para o Projeto de Lei nº 055/96, de autoria deste Parlamentar, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 11.203, sem modificar a área, que cria o Município de Guamiranga.

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

##### REQUERIMENTO Nº 302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência, de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, para o Projeto de Lei nº 392/97, de autoria deste Parlamentar, que inclui nas disciplinas curriculares, dos estabelecimentos de ensino fundamental, matéria que verse sobre: "alerta contra o uso de drogas".

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

##### REQUERIMENTO Nº 303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência, de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, para o Projeto de Lei nº 571/97, de autoria deste

Parlamentar, que inclui nas disciplinas curriculares, do ensino fundamental, matéria que verse sobre "Técnicas Agrícolas".

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

##### REQUERIMENTO Nº 298

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subcrevem, com base no Regimento Interno, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

CÉSAR SELEME

##### REQUERIMENTO Nº 307-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de voto de congratulações à Rede de Supermercados Mercadorama, pela passagem do 84º aniversário.

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

A Rede de Supermercados Mercadorama está completando 84 anos de fundação com 12 lojas em Curitiba e uma em Maringá, e ocupa o 13º lugar no ranking nacional no setor. Sob a direção geral do empresário Roberto Deme-terco, o Mercadorama mostra que a filosofia inicial de trabalho - baseada no respeito ao consumidor - ainda permeia a estratégia de ação empresarial da Rede.

Com todas as unidades completamente informatizadas, amplo espaço físico e novos horários de atendimento, o Mercadorama está preparado para entrar no novo milênio e oferecer ao consumidor atendimento de qualidade e preços competitivos. Empresa genuinamente paranaense, o Mercadorama merece desta Casa de Leis esta homenagem, para qual pedimos o apoio de todos os nobres Deputados.

##### REQUERIMENTO Nº 300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido

o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig, e ao Diretor-Geral do DER, Paulinho Dalmaz, solicitando medidas urgentes de reparos no trecho compreendido entre Irati e Paulo Frontin (recapeamento e continuação do acostamento) e Irati a Guamirim (recapeamento), que encontra-se em condições ruins, antes que estes trechos se deteriorem por completo e o dispêndio, sem dúvidas, será bem maior, causando sérios prejuízos aos cofres públicos e principalmente àqueles usuários. Trata-se de justa reivindicação dos motoristas e moradores destes progressistas municípios, que rogam por uma providência urgente.

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 304

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores do presente, no uso de atribuições regimentais, REQUEREM, após aprovação do douto Plenário, o envio de Ofício ao Ministro da Agricultura, Arlindo Porto, cumprimentando-o pela edição da Portaria de nº 70, de 05 de março próximo passado, publicada no Diário Oficial da União, dia 6 de março.

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(aa) ORLANDO PESSUTI

LUÍZ ACCORSI

AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A Portaria nº 70, de 5 de março, assinada pelo Ministro Arlindo Porto, proíbe a importação de plantas de coqueiro (*Cocus nucifera*), seus órgãos, suas partes (inclusive coco ralado) e propágulos (cocos viáveis para o plantio) de países onde ocorrem cerca de 26 pragas e doenças exóticas, principalmente a do Amarelo Letal e o Cadang-Cadang, tidas como dizimadoras de coqueirais e que atingem todas as outras espécies das chamadas "monocotiledôneas", como a cana-de-açúcar, o bambu, etc.

O documento resguarda o patrimônio genético brasileiro e aventa a possibilidade de se elevar a produção nacional de coco, eis que até então, o volume das importações, cerca de 17 milhões de toneladas, quase empata com as 20 milhões de toneladas produzidas no Brasil.

Daqui para a frente, os produtores brasileiros, que até então estavam abandonando o cultivo devido à impor-

tação de países com altas taxas de subsídios, certamente retomarão suas plantações e se acredita que a produção local poderá ser dobrada dentro de sete ou oito anos, segundo cálculos da Associação Brasileira de Produtores de Coco - ASBRACOCO, com sede em Recife.

Aliás, a sábia e corajosa decisão ministerial respalda-se em trabalhos desenvolvidos séria e persistentemente pela entidade de representação dos cocoicultores brasileiros, diligentemente presidida pelo economista, agropecuarista e ex-vice-presidente do Banco do Estado de Pernambuco, Dr. Francisco de Paula Domingues Porto, o qual, por feliz coincidência, soube do ato firmado pelo Sr. Ministro, justamente quando se encontrava em nosso Estado, mais precisamente na Cidade de Paranaíba, participando da inauguração da sede da Associação Paranaense de Produtores de Coco - ASPARCOCO, no Parque Internacional de Exposições - SANA, em sala cedida pelo seu presidente, o também agropecuarista Deusdete Ferreira Cerqueira.

Por outro lado, Sr. Presidente, como é do conhecimento de Vossa Excelência e de vários colegas Parlamentares, a firmação da Portaria Ministerial nº 70, além de atender interesses dos nossos irmãos produtores dos Estados sudestinos, nordestinos e nortistas, também irradia seus benefícios para o nosso Estado, eis que nos últimos 3 anos, já foram assentados cerca de 120 hectares comerciais de coqueiros, sendo que o desenvolvimento dessa nova alternativa agro-industrial para o Noroeste paranaense, mostra segura tendência para satisfatória expansão, dada a procura de mudas e sementes por parte dos inúmeros agricultores que vislumbram na cocoicultura, uma opção altamente rentável.

Que, da decisão desta Casa, se dê ciência ao Sr. Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Coco, Dr. Francisco de Paula Domingues Porto, sediada à Rua do Progresso, 465 - Ed. Vila Empresarial Boa Vista - Conjunto 203 - CEP 50070-020, Recife/PE.

#### REQUERIMENTO Nº 306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Mensagem ao Exmo. Sr. Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa

do Brasil, protestando pela indicação do General Ricardo Agnese Fayad, para o Cargo de Sub-Diretor de Saúde do Exército.

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(a) DR. ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

O General Ricardo Agnese Fayad teve seu registro profissional cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro e pelo Conselho Federal de Medicina, por ter dado apoio técnico às sessões de tortura praticadas entre 1969 e 1974 no DOI-Codi, QG da Polícia do Exército do Rio de Janeiro, durante o Regime Militar.

A nomeação do General Fayad causou protestos em todo o país, por representantes de entidades de direitos humanos e familiares de vítimas e extorturados.

O Governo não pode premiar pessoas que cometeram atentados contra os direitos humanos, como o crime hediondo da tortura.

#### REQUERIMENTO Nº 297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrafig, Secretário de Estado da Educação, solicitando:

1. Qual a empresa - o Plano de Saúde (Vida) que foi contratada pela direção do Colégio Estadual Júlia Wanderley?

1.1. Houve licitação para a con-

tratação desta empresa (Plano de Saúde)?

1.2. Cópia do contrato assinado entre a direção do Colégio e a empresa contratada.

2. Quantos e quais equipamentos de informática e de qual empresa foram comprados pela direção do Colégio Estadual Júlia Wanderley?

2.1. Especificar os equipamentos e os respectivos preços.

2.2. Cópia da nota de compra desses equipamentos.

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(a) DR. ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Em 28 de julho de 1996 a Gazeta do Povo divulga que foi "graças a doações de computadores pela iniciativa privada que o Colégio Júlia Wanderley passará a contar, em breve, com um laboratório de informática".

Agora, vem a direção do Colégio enviando "boletos" (cópia anexo) para serem pagos no BANEESTADO. É cobrando o que foi doado ou é compra de novos equipamentos?

Ambos são imorais, pois o Colégio é público e não deve cobrar de seus alunos.

Não bastasse a cobrança desses equipamentos, tem a direção do Colégio cobrado também um "Plano de Saúde (Vida)".

Provavelmente o pretensão Plano é mais um engodo.

Solicito aos Srs. Deputados a aprovação deste Pedido de Informação, para que possam ser esclarecidas essas cobranças.

<b>BANEESTADO</b>		<b>038-8</b>	03893.27602 21625.100009 92788.717004 1 000			
BANESTADO - AG. 276 - BATEL			18/03/98			
COL EST JULIA WANDERLEY ENS 1 E 2 GRAUS			276/021625-1			
27/02/98	TP Contratação	Especie Loc	Assale	Cl. da F. F. F. F.	09/03/98	9278871-7
C. N. R. B.	05	Especie Loc	Assale	Cl. da F. F. F. F.		
Plano de Saúde (Vida)					24,00	
Equipamentos Informatica						
Apos o dia 15 somente com a APM, no Colégio.						



na, domingo, 28 de julho de 1996

LOCAL

Gazeta do Povo - 13.ª pá

# Colégio elabora programação do cinquentário

em dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino do estado, o Júlia Wanderley, em Curitiba, terá festa em novembr

ma das instituições públicas de ensino mais tradicionais de Curitiba, o Colégio Es-Júlia Wanderley vai comple-  
anos em novembro. Por seus  
já passaram várias  
talidades conhecidas nas  
olítica, artística e esportiva.  
missão, formada por profes-  
ex-alunos, está organizando  
emorações do cinquen-  
que vão incluir desde apre-  
s culturais, até o resgate da  
do colégio.

Professora Ana Lúcia de  
rique Schulhan, diretora do  
nderley, explica que além  
o, o colégio vem se desafi-  
a qualidade no ensino,  
ado um modelo na rede  
"Uma escola pública tem  
irigida como se fosse uma  
tem que funcionar e ren-

foi o envolvimento da comunidade, não apenas escolar, como da região. "Temos um Conselho Escolar e uma Associação de Pais e Mesres bastante ativos", destaca a diretora, acrescentando que isso faz com que exista um sentimento de orgulho em trabalhar e estudar na instituição.

## Planejamento

O Colégio Júlia Wanderley tem assumido diversas iniciativas pioneiras há vários anos. Foi a primeira escola pública a manter um convênio para atendimento médico de emergência de seus dois mil alunos. Tem uma escola esportiva, mantida pelos pais dos alunos, que conta com estagiários de Educação Física treinando os alunos em várias modalidades.

Este ano, deve estar concluída a panificadora da escola, que está

sendo construída com verbas da Fundepar. Trata-se de um projeto pedagógico, sem fins lucrativos, que vai fazer com que os alunos aprendam a manusear o microquadrado, a confeccionar pães e doces, e a administrar um estabelecimento desse porte. Para sua concretização, um grupo de 10 em-presários de áreas diversas está apoiando a iniciativa, doando máquinas e insumos, por exemplo. Foi também graças a doações de computadores pela iniciativa privada, que o Colégio Júlia Wanderley passará a contar, em breve, com um laboratório de informática.

"A filosofia da escola pública é preparar cidadãos. Mas, para isso, é preciso qualificá-los para o mercado de trabalho, garantindo-lhes o exercício da cidadania", finaliza a professora Ana Lúcia.



Ana Lúcia, diretora do Júlia Wanderley: plano de qualidade total.



## REQUERIMENTO Nº 307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais desta Assembléia Legislativa, da matéria intitulada "Pedágio vai aumentar o custo da agricultura", publicada no Boletim Informativo nº 520 da FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Gostaria de me referir, hoje, a umas notícias de jornais, mesmo porque por algum tempo tivemos aqui nesta casa, um debate a respeito do Hospital de Clínicas, aonde foi utilizada desta Assembléia, para trazer levantamentos a respeito daquele hospital.

Esses dias, lendo uma notícia de jornal, o do HC, aonde o Reitor e o Diretor anunciavam que estavam sanadas todas as dívidas e que com 4 milhões que foram conseguidos, na ocasião, foram pagos todos os fornecedores. Enfim, deixou o hospital e boas condições, até para novos contratos. Enfim, deu uma nova perspectiva para o hospital, isso anunciado em janeiro e fevereiro deste ano.

Gostamos da notícia, sempre estamos acompanhando, também como amigo do HC, porque também estamos sempre utilizando este hospital para os nossos pacientes, lá da minha região. Achamos que foi uma notícia favorável, até porque o hospital entrou em uma nova fase, com novas perspectivas, com um prognóstico melhor.

Apenas, que um mês depois, nova notícia no Jornal Gazeta do Povo, que a crise do HC volta a se agravar e que o Hospital de Clínicas, o maior do Estado, com 3.600 servidores, 365 leitos, pode fechar as suas portas ainda neste primeiro semestre. O alerta foi do Diretor atual, Antonio Carlos Campos, reclamando que a crise é semelhante a vivida pelo hospital no ano passado.

O que estranha, é que dentro de um mês, aonde em uma notícia dizia que

estava tudo resolvido, que dali para frente o hospital teria uma nova vida, novas perspectivas, tinha melhorado lavanderia e vários setores do hospital, e de repente, novamente esta crise. E sempre com as mesmas explicações, inclusive, na ocasião, pelo Dr. Mário Sérgio, que com algum levantamento que ele fez e prenúncio, também, o fechamento de alas do hospital. Ele foi realmente afastado por ter mostrado a situação atual vivida na época pelo Hospital de Clínicas.

Hoje, vemos que as explicações do atual Diretor é a mesma, da mesma maneira daquela ocasião, aonde 3.600 funcionários, que hoje poderiam ser vinculadas à Universidade Federal, seriam pagos pelo Federal, hoje são pagos pelo próprio recurso, que é apenas de 2 milhões o faturamento mensal, e 1.600 e gasto com esta folha de pagamento, desses funcionários que são pagos por esta arrecadação mensal e que não é suficiente o valor atual da arrecadação pelo SUS, porque têm hospitais que atendem a população e sabe-se que realmente é insuficiente. Há um hospital que atende todo o Estado do Paraná e outros Estados próximos.

Gostaríamos de discutir, numa Comissão de Saúde, buscando alguma explicação, porque dentro de um prazo tão curto, onde se anunciava que estava tudo bem, de repente essa nova crise, com vias de fechar as portas ainda neste semestre pode agravar, e termos que, com isso, nós Deputados e a Comissão de Saúde, fazermos essa avaliação e trazermos as explicações devidas aqui para as salas de Comissões, para esclarecer essa questão desse problema, novamente surgido com o Hospital de Clínicas.

Gostaria de falar a respeito dessa situação e dizer que vamos conversar com os membros da Comissão de Saúde, e ver quem tem razão, a respeito dessa nova crise surgida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Com a palavra, o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agora há pouco, antes de entrar neste Plenário, alguns funcionários da APP Sindicato entregaram a mim e a outros Deputados, inclusive ao Deputado Plauto Guimarães, que estava ao meu

lado, uma solicitação que faço questão de ler desta tribuna:

(Lê): "Curitiba, 18 de março de 1998.

Caro Deputado.

Nós, funcionários da APP Sindicato, estamos prestes a ficar sem nossos empregos. O repasse de desconto em folha de pagamento, código 5MD autorizado para os professores sindicalizados, foi cortado e esta é a única fonte de arrecadação da APP Sindicato. Em virtude disso, vimos solicitar o empenho de V.Sa. no sentido de cobrar do Governo do Estado, o retorno imediato da mensalidade dos sindicalizados, conforme o Artigo 8º - inciso IV da Constituição Federal. No momento em que toda a sociedade e governo se preocupam com o crescente índice de desemprego, vemo-nos ameaçados por tal atitude. Na condição de funcionários da APP Sindicato, muito além de servir à Diretoria, prestamos serviços ao professor. Exatamente por esta função, a maioria dos funcionários tem continuado a trabalhar nesta entidade, mesmo com a alternância de Diretorias de pensamento antagônico. Será muito decepcionante que justo o governo Lerner, que afirma defender o emprego, venha a ser o responsável pela demissão de mais de 120 pessoas.

Cordialmente,

Funcionários da APP Sindicato".

Srs. Deputados, acho que temos a responsabilidade política, ética, de fazer um apelo ao Governo do Estado, para que tudo volte a ser como antes e o Governo continue descontando os valores das mensalidades dos professores que autorizam tal atitude e que a APP possa voltar a funcionar com tranquilidade.

Essa é uma atitude democrática. Para mim, um Governo que corta uma mensalidade dessas, está exercendo a prática do terror, típico do regime autoritário.

Trabalho junto com outros Deputados do PT e vários companheiros, com sindicalistas em Ponta Grossa. Lá existem Sindicatos filiados à CUT, que têm um compromisso com os trabalhadores, uma relação completamente autônoma em relação ao patronato e os próprios donos das maiores empresas de Ponta Grossa, aceitam recolher a mensalidade dos sindicalizados e passam para o Sindicato.

É um absurdo que justamente o Governo Lerner, que se elegeu Governa-

dor, com um compromisso com os professores, venha a tomar uma atitude de terror contra os professores.

Poder-se-ia dizer que a APP crie mecanismos. É evidente que ela tende a criar isso. Mas quanto tempo vai demorar, mecanismos burocráticos de cobrança que é muito difícil, sabemos disso. E a cada mês que o Governo Lerner deixa de repassar esses recursos, são 300 mil reais de prejuízo para a APP Sindicato.

Acho que os Deputados do Paraná têm a obrigação de fazer um apelo ao Governador Jaime Lerner, e estamos apresentando nesta Sessão, esta tarde, justamente uma moção de apelo e queremos contar com a assinatura, inclusive, do Líder do Governo - Deputado Valdir Rossoni, do Presidente desta Casa, do Presidente em exercício - Deputado Zuk, de todos os Deputados, porque é uma atitude a favor da democracia.

Não podemos achar que, desta forma, vamos tendenciar o movimento docente, que sempre teve autonomia, fosse qual fosse o Governo. Tenho certeza que se o Governo fosse do PT, da mesma forma a APP Sindicato estaria lutando e criticando este Governo, no momento que errasse, defendendo os interesses fundamentais dos professores.

Por isso, acho que é obrigação nossa, e em nome da democracia, em nome da ética, em nome do compromisso político que todos assumimos em nossas eleições, de fazer essa moção de apelo ao Governador Jaime Lerner, para que passe, imediatamente, a repassar a mensalidade dos sindicalizados. Mesmo porque, como diz o documento que acabei de ler, são 120 pessoas que estão prestes a serem demitidas, por falta de recurso.

Acho que nós Deputados, temos que ter a consciência e a clareza para agir de forma correta. Não é pelo fato de alguns professores, estudantes terem agido de forma errada, e nós do PT achamos que foi errada essa atitude de jogar ovos em Deputados. Isso é uma coisa errada, que atenta contra a democracia, que deve receber de nossa parte também a condenação, mas isso é uma coisa particular de algumas pessoas.

Não foi a direção da APP que fez isso, jamais faria. Pelo contrário, a direção da APP tem vindo à esta Casa, conversar com o Presidente Anibal



Khury, trazendo os seus interesses buscando a negociação. Mas, claro, exercendo a sua função de crítica, que num Estado democrático é uma coisa legítima, e é ótimo que aconteça, porque só assim mostramos as contradições da sociedade, e fazendo com que a sociedade avance.

Então, quero fazer um apelo, mais uma vez, desta tribuna, para que assinem conosco esta moção ao Governador, e que, imediatamente, o Governador volte atrás e passe a repassar a mensalidade dos sindicalizados.

O Sr. Horácio Rodrigues - O senhor me permite um aparte?

O SR. PÉRICLES MELLO - Continuo no Horário da Liderança do PT.

Com aparte o Deputado Horácio Rodrigues.

O Sr. Horácio Rodrigues - O aparte é o seguinte: não estava na Sessão, inclusive estive doente e não pude ser "ovacionado" nesta Sessão.

Mas, o que penso é que quem falou, que pague. Agora, dizer que é por causa de Deputado que deixam de descontar, isso é faltar com a verdade, porque não assinei nada, absolutamente nada pedindo que deixasse de descontar. Acho isso uma atitude política covarde, simplesmente covarde.

Na hora que eu tiver que falar alguma coisa, falo, e não vou precisar dizer que é a Assembléia Legislativa, ou é este Deputado ou aquele outro que levou o ovo pelas ventas.

Era este o aparte.

O SR. PÉRICLES MELLO - Obrigado pelo aparte.

Me desculpe uma coisa, não sei se o senhor está bem informado, mas quem está falando que são os Deputados responsáveis é o próprio Governo.

O Sr. Horácio Rodrigues - Eu sei!

O SR. PÉRICLES MELLO - É lamentável isso. Não sabemos, porque eu, jamais, também, Deputado, assinei qualquer documento neste sentido. Pelo contrário, queremos fazer um apelo, mais uma vez, ao senhor, inclusive, para que assine conosco a moção de apelo ao Governador, para que passe, imediatamente, a repassar os recursos para a APP. É um ato de democracia.

Não podemos agir com a prática do terror, entendendo que desta forma vamos impedir o dissenso, que é normal em qualquer sociedade democrática.

Por isso, retorno a reafirmar este apelo.

Queria também, trazer a esta tribuna uma preocupação do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná, que já, semana passada, nos procuraram, e não é a primeira vez, estivemos juntamente com a direção do Sindicato em audiência com o Secretário de Justiça e Cidadania. Fomos bem atendidos. Conseguimos, juntos com os sindicalistas, algumas vitórias, e achamos que as sugestões que estão sendo levantadas são da mais alta gravidade.

Num ofício que nos encaminhou o Presidente do Sindicato, Juarez N. de Assis, ele coloca: em anexo estamos remetendo a V.Sa. cópia do protocolizado 35330879, onde consta pedido de reconsideração desta entidade, em defesa dos agentes penitenciários que trabalham na Colônia Penal Agrícola e são obrigados a pagar passagem de ônibus para o apenado, quando o mesmo é encaminhado ao hospital, por ordem do juiz.

Os funcionários que não têm aumento há vários meses e anos, do Quadro Geral do Estado, são obrigados, Srs. Deputados, a pagar passagem de ônibus para o apenado.

Observação: quando o agente não tem recurso financeiro, o apenado paga passagem para o funcionário, em muitas oportunidades, o apenado também é obrigado a pagar a refeição.

Como se trata de incompetência administrativa por parte da coordenação do sistema penitenciário, pedimos a intervenção por parte de Vossa Excelência, no sentido de minimizar esse conflito junto à Secretaria de Justiça e Cidadania.

Estamos apresentando um ofício, um requerimento ao Governador Jaime Lerner, ao Secretário da Justiça e Cidadania, para que providências imediatas sejam tomadas com relação a esse caso e outros casos que não são relatados pelo Sindicato do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

O Sr. José Tavares - Só para corroborar ao que Vossa Excelência coloca, dizer também que encaminhei um expediente ao Secretário de Justiça, Dr. Eduardo B., pedindo providências e

esclarecimentos à Casa, a respeito dessa denúncia, ao tempo em que, gostaria de dizer que tendo sido Secretário de Justiça e Cidadania, conhecendo profundamente como conheço o Sistema Penitenciário do Estado, inclusive o atual coordenador, Dr. Sezinando Paredes, quero dizer a Vossa Excelência que me causou espanto quando recebi essa correspondência, porque nos anos - e não foram muitos - nos poucos anos, no curto período que administrei o Sistema, e de lá para cá, com a convivência muito estreita com o quadro de servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania, aí o próprio sistema prisional, posso dizer a Vossa Excelência, que em nenhum momento tomei conhecimento de um fato tão grave quanto este.

Portanto, não poderia, ao tomar conhecimento de uma denúncia desse nível, ficar indiferente, e por isso mesmo encaminhei na direção em que Vossa Excelência coloca, um expediente ao Secretário de Justiça, que conheço, respeito e admiro, advogado conceituadíssimo em nosso Estado, o Dr. Eduardo Virmond, tomará as providências cabíveis, e esta casa será devidamente informada, em respeito ao que preceitua a Constituição do nosso Estado, nas relações harmônicas e independentes que devem haver entre o Legislativo e o Executivo.

Portanto, era só para fazer esse adendo e corroborar com as colocações que Vossa Excelência faz nesta tarde.

**O Sr. Luiz Carlos Alborghetti** - Recebi esta correspondência no meu gabinete. Li, reli e lembrei da época em que o Deputado José Tavares presidia a Secretaria de Justiça do Estado do Paraná, e naquela época, quero dizer a Vossa Excelência que não sou capacho do Deputado Tavares, não devo nada a ele, ele também não me deve, mas não posso deixar de elogiá-lo pela sua conduta, pelo seu caráter, pelo pai de família que ele é, e pelo Parlamentar que ele foi em Brasília, e é no Estado do Paraná.

Mas, Deputado, cabe reflexão ao seu pronunciamento. Estou revoltado, Srs. Parlamentares, Deputado Horácio. Nunca, na minha vida, nem em filme policial vi um preso sair de uma penitenciária e pedir para o Agente Penitenciário se ele tinha dinheiro ou não para pagar a sua passagem.

Aqui no Estado do Paraná, Deputado Horácio, Deputado Remy, o Agente Penitenciário, ele quando sai da penitenciária, o senhor sabe quem paga a passagem para ele levar o detento? O preso. O senhor sabe quem paga o lanche na cidade, a comida? É o preso! Isso não existe em parte nenhuma da Nação brasileira. Isso não existe em parte nenhuma de países desenvolvidos.

Quando você vem para este Parlamento trazer idéias de países de primeiro mundo, dizem que sou louco. O Alborghetti é louco, não existe dinheiro. Como? Existe dinheiro!

Vou mais além se Vossa Excelência me permitir. Foi desbaratada uma quadrilha de policiais militares na Cidade de Maringá, Deputado Péricles, uma quadrilha de policiais militares em Maringá, ontem, e eles roubavam carros em São Paulo, em Santa Catarina e no Paraná. Os carros eram levados para o Paraguai. E desde que estou na vida pública, Deputado Péricles, como comecei, como Vossa Excelência...

Deputado Péricles Mello, cede-lhe o horário do PFL.

Quando comecei, como Vereador, como Vossa Excelência, vejo constantemente reuniões no Hotel Bourbon, em Foz do Iguaçu, reuniões de embaixadores do Paraguai, de embaixadores do Brasil, delegados da Polícia Federal do Paraguai, delegados da Polícia Federal do Brasil, coquetel, caviar, champanhe, a imprensa. Agora, o Paraguai vai devolver todos os carros roubados para o Paraguai.

Quer dizer - Deputado, me perdoe, mas estou na garganta, as duas estão na garganta, porque não agüento mais, não agüento mais! Acho que está na hora deste Estado lavar a "cara", tirar a máscara.

Depois que vi um preso ter que pagar a comida de um Agente Penitenciário, é o fim do mundo! Perdoe-me, mas é a verdade!

Sou um Deputado independente nesta Casa, e falo aquilo que me vem no coração.

Muito obrigado!

**O SR. PÉRICLES MELLO** - Muito obrigado, Deputado Alborghetti.

**O Sr. Toti Colaço** - Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo assunto que aborda nesta tarde.

Permita-me, Deputado Péricles, que daqui desta cadeira eu possa cum-

primizar o Deputado Alborghetti pelas suas colocações finais, que ele fez no aparte que pediu a Vossa Excelência.

Meus cumprimentos ao Deputado Alborghetti, pelas suas colocações, dizendo categoricamente que tem que se tirar a máscara e lavar a "cara". Nisto ele foi muito claro, que é para o atual Governo.

Meu caro Deputado Péricles, o Sistema penitenciário do Estado do Paraná - também recebi essa correspondência, a exemplo do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Vossa Excelência e os demais também já enviamos expediente, através do gabinete, ao Secretário do Estado da Justiça, ao Chefe do DEPEN - Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, Dr. Sezinando Paredes, comunicando-o e deixando a nossa preocupação pelo que está expresso nesta correspondência que Vossa Excelência acaba de retratá-la, através do seu pronunciamento.

E queria, além de apoiar o seu pronunciamento, queria que ficasse registrado, também, o reconhecimento desta Casa, deste Parlamentar, pelo trabalho que os Agentes Penitenciários do Estado do Paraná prestam à nossa sociedade.

Fui Diretor Geral da Secretaria de Estado da Justiça por alguns tempos, e tive a oportunidade de conviver com eles por muitos meses e apreciar de perto o risco que correm permanentemente os funcionários, os agentes, percorrendo os corredores, principalmente da Penitenciária Central do Estado do Paraná, que dá mais de 6 quilômetros de corredores dentro da própria penitenciária, dada a sua grandiosidade, e lá estão os agentes, os funcionários públicos, atendendo 24 horas, quer dizer, diuturnamente dando assistência. Isso acontece na Penitenciária Central, no Ahú, na Colônia Penal Agrícola. São as agentes femininas na Penitenciária Central Feminina do Estado do Paraná.

Quero deixar registrados os nossos cumprimentos aos funcionários e agentes penitenciários que lá estão trabalhando. Acredito que o Dr. Sezinando, que conheço de longa data, além de ser um profissional, funcionário de carreira, além de um emérito jurista, advogado e criminalista, sem dúvida nenhuma deverá, neste instante, estar tomando as medidas, as providências com a máxima urgência, com relação ao que está denunciando neste documento,

que veio através do Sindicato dos Funcionários do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência!

O SR. PÉRICLES MELLO - Muito obrigado, Deputado Toti!

Quero encerrar também, cumprimentando o Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná, que tem feito um excelente trabalho, não só reivindicando as questões que dizem respeito à categoria, mobilizando, mas também trazendo a nós Deputados, todas as questões que os afligem, e solicitando que providências sejam tomadas por esta Assembléia.

Parabéns ao Sindicato e ao seu Presidente Juarez Assis.

Por último, quero fazer um convite a todos. Na tarde de amanhã, o Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores, e nosso candidato a Presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva, estará presente na Assembléia, a partir das 19:00 horas, dando uma palestra, e convidamos a todos para estarem presentes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o ilustre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para comunicar que dei entrada na mesa da Assembléia Legislativa, a um requerimento para ser enviado ao Secretário da Educação.

A razão deste requerimento é que tomei conhecimento, através do Grêmio Estudantil do Colégio Júlia Wanderley, que a Direção daquele colégio distribuiu um boleto de cobrança para todos os alunos, no valor de 24 reais, que deve ser pago no BANESTADO.

A razão do pagamento, apesar de não ser obrigatório, dizem ser para o pagamento de um plano de saúde e também de equipamentos de informática. E ainda, informa que se não for pago até o dia 15 deste mês, deverá ser pago posteriormente na APM daquela escola.

Ora, Srs. Deputados, o Colégio Júlia Wanderley é público e recebe verbas do Governo do Estado do Paraná, e se, por acaso, aquele colégio for fazer a contratação de qualquer plano de saúde - e sou contra qualquer plano de saúde, porque não atendem todas as

necessidades da população, ainda mais um plano no valor de 24 reais, ou menos. É um engodo por cima dos alunos daquele colégio.

Se for fazer qualquer tipo de contratação, deve fazer através de licitação pública, coisa que também não tomamos conhecimento. Diz também que é para comprar equipamentos de informática, quando os jornais de um ano e meio atrás, informaram que aquele colégio recebeu a doação de computadores. E, com 24 reais por aluno, quais são os equipamentos?

Também perguntamos no nosso requerimento se houve licitação, quando ela foi feita e qual a empresa contratada e os valores pagos a cada um destes equipamentos. Se tem um plano de saúde e equipamento de informática, eles devem ter sido comprados com dinheiro público e não deve ser cobrado dos alunos, porque o colégio é público. Ou esse é o começo daquilo que tanto temos denunciado, que as escolas públicas do nosso Estado cada vez mais vão ganhando um caráter de privatização.

Sabemos que a maioria das crianças que freqüentam escolas públicas são crianças pobres, são crianças que não têm condições de pagar absolutamente nada, por isso que vão para a escola pública. Agora, a direção do Colégio Júlia Wanderley, acredito que sem orientação da Secretaria de Estado de Educação, sem seguir qualquer parâmetro legal, vem fazer cobrança de alunos daquele colégio.

Então, Srs. Deputados, solicitamos a aprovação desse requerimento, porque é importante esclarecermos por que esta cobrança está sendo efetuada, e qual a legalidade das contratações, tanto do plano de saúde, como da compra de equipamentos. E mais, no plano de saúde, aonde cada um vai pagar 24 reais, não sei se é em um único pagamento, ou serão pagamentos mensais, porque mandou o boleto somente para o mês de março, mas mesmo que seja mensal, é uma falcaturia, porque um plano de saúde, para fazer todo o atendimento ambulatorial, se necessário internamento e exames de laboratório, não existe nesse valor.

E sendo uma escola pública, é de responsabilidade do SUS para fazer o atendimento, e devem esses alunos, essas crianças, serem encaminhadas ao SUS e não ao setor privado de medicina

de grupo, ou de seguro saúde, como deseja a direção daquela escola.

Agradeço a aprovação desse requerimento por parte dos Srs. Deputados, porque a aprovação dele significa a defesa da escola pública de boa qualidade e gratuita.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra com o ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero também, em nome da Bancada do PMDB, manifestar a nossa solidariedade aos funcionários da APP Sindicato, que a esta Assembléia compareceram no dia de hoje, e que nos procuraram para pedir a nós, Deputados Estaduais, que venhamos a interceder junto ao Governo do Estado, e nesse momento faço um apelo ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo nesta Casa, no sentido de que o Governo estabeleça o retorno imediato da mensalidade dos sindicalizados, o desconto em folha de pagamento, conforme estabelecido anteriormente, conforme costume e conforme tradição de muitos e muitos anos.

É lamentável que o Governo do Estado venha agindo desta maneira, tentando penalizar os professores do Paraná com essa medida, que entendo ser uma medida arbitrária, uma medida que não se justifica na vigência de um processo de um Governo democrático, e muito mais, porque medida como essa só faz com que pessoas inocentes, pessoas que dependem do seu trabalho, sejam prejudicadas, como está sendo prejudicado o funcionamento da APP, como estão sendo prejudicados os funcionários daquela entidade.

Eu me solidarizo com os funcionários da APP Sindicato. Em nome da Bancada do PMDB, apelamos ao Deputado Valdir Rossoni, para que, como Líder do Governo, gestione junto ao Secretário de Administração, junto ao Governador, no sentido de que o desconto em folha de pagamento, autorizado pelos professores sindicalizados, possa retornar de imediato e não mais prejudicar os professores e funcionários da APP.

Um outro assunto que gostaríamos de pedir a atenção dos Srs. Deputados, é um requerimento que apresentamos à Mesa, na tarde de hoje, pedindo que seja inserido nos Anais da Casa, um artigo que está contido no boletim

informativo da FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, e que retrata bem tudo aquilo que, desta tribuna, ou por todos os cantos do Paraná temos manifestado: o pedágio vai aumentar o custo da agricultura. Isto não é o Deputado Orlando Pessuti quem está dizendo, mas sim, a Federação da Agricultura do Paraná, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e o Sindicato das Empresas do Transporte de Cargas do Paraná.

Finalmente, Sr. Presidente, o outro assunto que nos traz à tribuna na tarde de hoje, e talvez este seja, sem sombra de dúvida, um assunto da maior importância, e para qual, talvez, os Srs. Deputados não tenham dado a devida atenção ou não tenham o necessário conhecimento.

Peço permissão ao Presidente para usar alguns minutos do horário do PMDB, porque pretendo dar ciência à Casa, do inteiro teor dessa reportagem, e fazer algumas considerações sobre ela.

Paraná em estado de alerta contra a febre aftosa. A fiscalização na fronteira com o Mato Grosso foi intensificada, em consequência da ocorrência da doença em duas fazendas.

Diz a reportagem: "O Secretário Estadual da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, Antonio Leonel Boloni, determinou ontem o estado de alerta máximo no Paraná, para evitar qualquer risco de entrada do vírus da febre aftosa, proveniente do Mato Grosso do Sul. Além disso, a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento está enviando equipes volantes para reforçar a fiscalização nas divisas com os Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo.

De acordo com o Diretor de Fiscalização e Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura, Dr. Felisberto Batista, o Paraná consta com 26 barreiras sanitárias, funcionando 24 horas por dia nas divisas, além de mais 2 postos de fiscalização internacionais, em Foz do Iguaçu e Guaíra.

Diz o Dr. Felisberto: "outra medida que está sendo adotada é a obrigatoriedade dos animais provenientes do Mato Grosso do Sul ficarem em quarentena e receberem novamente a vacina contra a febre aftosa. Nesse período, eles não podem ser movimentados, devendo ficar restritos a uma localidade" - explica o médico veterinário.

A preocupação, Srs. Deputados, se deve da ocorrência do foco de febre aftosa em duas fazendas na Cidade de Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai. Para impedir a disseminação da doença, o Ministério da Agricultura determinou a morte de 846 cabeças de gado, que foram incineradas e enterradas nas próprias propriedades. O trânsito de animais foi suspenso num raio de 25 km, em torno das propriedades onde ocorreram os focos.

Diz o Dr. Felisberto: "as medidas adotadas pelo Mato Grosso do Sul, foram eficientes e bem coordenadas e o risco de disseminação da doença é o mínimo nesse momento. O Estado não pretende adotar medidas mais radicais, como o fechamento das divisas à entrada de animais do Mato Grosso do Sul. Vamos continuar trabalhando em sistema de parceria, pois acreditamos na seriedade do Estado vizinho no combate à doença.

Ainda não está provado, mas os focos só ocorreram devido a entrada, naquela região, de animais vindos do Paraguai.

As medidas adotadas pelo Governo do Estado, têm uma explicação: a entrada da febre aftosa no solo paranaense, poderia jogar por terra todo o trabalho de vários anos, para impedir a ocorrência de focos da doença no Estado do Paraná, considerada a ausência desses focos de febre aftosa pré-requisito para a exportação de carne para a Europa e Estados Unidos.

No próximo dia 15 de maio, o Paraná irá completar 3 anos sem a ocorrência de febre aftosa, e por isso vai pedir a associação internacional de episódios a declaração que o Paraná é área livre de febre aftosa.

Inclusive, a Secretaria de Agricultura está muito preocupada, porque se ocorrer, neste momento, um único foco de febre aftosa no Estado do Paraná, todo este trabalho de mais de 3 anos irá se perder e teremos que reiniciar tudo de novo.

E diz mais ainda o Secretário, que nos próximos dias a intenção é efetivar a contratação de 100 médicos veterinários que já prestaram concurso, de forma a ampliar o quadro de técnicos.

E é aí que quero fazer algumas considerações, para mostrar a falta de determinação deste Governo, no que diz respeito a este assunto, que é da

maior gravidade. O Secretário Hermas Brandão, à frente da Secretaria onde permaneceu por cerca de 3 anos, lutou incansavelmente para que se estabelecesse este convênio com o Ministério da Agricultura e que estes 100 médicos veterinários e 40 engenheiros agrônomos pudessem ser contratados para atuar no serviço de fiscalização animal e vegetal do Paraná.

Pois bem, levou mais de 1. ano para que a mensagem viesse para a Assembleia Legislativa, e ela veio em setembro de 97. Ainda em setembro de 97, ela foi aprovada, nesta Casa, e em outubro foi transformada em lei, autorização para que se contratasse estes veterinários. E até o presente momento, mesmo já tendo sido realizado o concurso, mesmo já se sabendo os 100 primeiros colocados, a Secretaria da Agricultura não conseguiu que a Secretaria da Administração e a Secretaria da Fazenda adotassem as medidas necessárias para que estes profissionais pudessem ser contratados, treinados e colocados em campo para trabalhar.

Agora está aí o Paraná, às portas da febre aftosa de novo, porque no vizinho Estado do Mato Grosso do Sul, ela já está ocorrendo! E estamos correndo um sério risco de todo um trabalho de mais de 3 anos se perder, justamente por não se levar a sério, não se considerar tudo aquilo que falamos aqui e também não se considerar tudo aquilo que o Secretário Hermas Brandão disse, enquanto Secretário.

Por isso, faço mais um apelo ao Deputado Valdir Rossoni, para que agilize junto à Secretaria da Administração e da Fazenda, junto à Secretaria da Agricultura, para que os 100 veterinários e os 40 engenheiros agrônomos, possam ser imediatamente contratados, treinados em caráter de emergência e colocados a serviço da fiscalização, de modo a impedir que a febre aftosa venha, de novo, para o Paraná, e que, de novo, o Paraná seja prejudicado, por não ter adotado as medidas preventivas que já deviam ter sido adotadas há muito tempo.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o ilustre Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos subindo hoje a esta tribuna para defendermos o nosso trabalhador, o herói, a razão da existência das cidades do interior.

O nosso pequeno agricultor, aquele trabalhador humilde, simples, aquele agricultor que com o sonho, com a esperança, ao longo dos anos, e que jamais perdeu a fé em Deus e a fé neste Estado que é o Paraná!

Vemos o grande projeto do Governo do Estado do Paraná, do nosso Governador Jaime Lerner, socorrendo o nosso pequeno agricultor, para que fique no interior do Estado do Paraná, porque o lugar do trabalhador, do pequeno agricultor, é no interior. É lá que ele vai ajudar a sua cidade crescer, que vai plantar, produzir, para que tenhamos o alimento, o pão de cada dia do povo brasileiro.

O Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura - um projeto do nosso grande amigo, ex-Secretário Hermas Brandão, nosso amigo, Deputado Estadual - criou um projeto de implantação e incentivo ao plantio de algodão, aonde o Governador deu a semente, o calcário, o preparo da terra.

Quero aqui, neste momento, Deputado Alborghetti, Srs. Deputados, Deputado João Techy, dizer que quando estivemos na Cidade de Rancho Alegre do Oeste, na inauguração de obras do Governo, vários agricultores chegaram até o Deputado, antes de fazer a inauguração, elogiando o Governador do Paraná. Mas ao mesmo tempo reclamando-se, e é nesse momento que levanto aqui a voz, em nome do nosso agricultor, porque não é possível, Sr. Presidente, não é possível que quando se planta o algodão, quando os nossos agricultores estão colhendo o algodão, não tenha preço.

Ontem, vimos o Deputado Pessuti falando sobre isso também naquela tribuna. Não tem preço o algodão, e mais, o preço mínimo, hoje, é de 7 reais a arroba do algodão. Não tem nem cotação. O sonho daquele trabalhador, daquele agricultor, depositado pelo Governador do Paraná e que vemos na equipe econômica. E hoje, aqui, defendendo o nosso agricultor, para que o Ministro da Agricultura, Arlindo Porto; o Ministro da Fazenda, Pedro Malan; do Planejamento, Antonio Kandir - para que juntos possamos ver que tem que ser feita alguma coisa pelo desemprego neste país.



E estamos cansados. Passa ano, entra ano, e vemos aquilo que o Governador do Estado tem feito, mas ainda falta, por parte do Governo Federal, para que o pequeno agricultor seja incentivado.

Não adiantou nada plantar o algodão. Não tem preço. O que adianta lutarmos por esse herói, esse irmão, se quando chega a colheita não tem preço? Aquele agricultor, que muitas vezes precisa de um remédio e não tem dinheiro, precisa de um hospital e não tem dinheiro para fazer uma operação.

Não podemos admitir isso. E é por isso, Deputado Alborghetti, que você fala do coração, quando está defendendo. Também fala do coração agora, porque doeu no coração de ver aqueles pequenos agricultores em Rancho Alegre do Oeste, em Quarto Centenário, Goioerê, e agora, na safra do algodão, não ter preço.

É preciso que se olhe para isso. E faço um apelo, juntamente com a Assembleia Legislativa do Paraná, para que encaminhemos ofício ao Presidente da República, a um Ministro competente, para que a solução seja tomada.

Quantos empregos estamos perdendo lá no interior do campo? Quantas pessoas estão querendo vender suas propriedades para vir embora?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Cedido o Horário da Liderança do PFL, pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, para que Vossa Excelência continue seu pronunciamento.

O SR. NELSON TURECK - Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Sr. Deputado, quero saudar o seu entusiasmo, a sua voz vibrante, sua emoção, quando usa essa tribuna, e particularmente quando a usa para falar da agricultura do Paraná, especificamente do pequeno agricultor.

Nós que convivemos parte da nossa existência na agricultura, sabemos das dificuldades dos agricultores e especificamente dos pequenos agricultores.

Entre todas as dificuldades de preços, têm outras dificuldades os agricultores, que o Governo poderia amenizar através do "Paraná 12 Meses", que seria um armazém comunitário, para que os produtores pudessem armazenar esse produto. Quatro ou cinco produto-

res poderiam unir-se num consórcio e montar um pequeno silo e armazenar a sua produção, para evitar os atravessadores. Porque eles colhem a produção e acabam tendo que entregar nas mãos dos grandes, porque não tem onde armazenar a sua pequena produção.

Então, o Governo do Estado deve dar prioridade ao projeto que já existe na Secretaria da Agricultura. Apenas tem que ser acelerado o seu processo, para que possamos organizar os pequenos armazéns, para poder atender esse estoque de mercadoria dos nossos agricultores do Paraná.

Meus parabéns!

O SR. NELSON TURECK - Agradeço as palavras do nobre Deputado Neivo Beraldin, e dizer, é lógico, o "Paraná 12 Meses", que era um Programa que há 500 dias deveria ser implantado no Paraná, e que agora começa o seu desempenho, começa a ser implantado para o nosso pequeno agricultor.

Mas o problema, hoje, é o preço, o problema hoje é o incentivo, é o subsídio a esse pequeno agricultor, que precisa realmente da mão do Governo.

Já que estamos tratando, neste momento, do problema do desemprego neste país, e que o algodão, não só o empregador, o proprietário da área rural, mas também emprega muitos trabalhadores que faz o movimento, a geração de empregos e a distribuição de riquezas nas cidades.

Queria, neste momento, tenho certeza que todos os Deputados desta Casa estão em solidariedade com a nossa agricultura. Vemos agora o Programa "Paraná 12 Meses", que vem de encontro com aquilo que o nosso Governador pregava - que o homem do campo, o lugar dele é no interior, porque lá no interior ele vai produzir, é no interior que ele vai se sentir uma pessoa feliz, porque ele vai produzir, vai plantar, vai poder vender, vai ter a sua casa, vai poder ter a sua adequação de estradas, bom cascalhamento, vai poder ter boa conservação de solo, a sua piscicultura.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Com relação à pequena propriedade, ao pequeno produtor rural, é uma realidade numa e crua, hoje. Há uma demanda, há uma revoada, melhor dizendo, de pequenos

agricultores, que estão abandonando as suas propriedades.

Dou um exemplo concreto. Em Irati, por exemplo, uma comunidade que se chama Barra do Gavião, onde possuía, há 2, 3 anos atrás, mais de 120 agricultores. Hoje, não passam de 30. E recentemente, agora neste domingo, acabei me encontrando com alguns poucos deles numa festa onde se realizava por ocasião da ordenação de um Sacerdote daquela comunidade, e me dizia um dos moradores antigos de lá, tio Dida: "Toti, sou um dos últimos, mas já estou com terreno comprado e estou me deslocando para Campo Largo, estou indo embora". A Barra do Gavião, até o final do ano que vem, vai ficar com, no máximo, 5 ou 6 moradores.

Este é o retrato da Barra do Gavião, que não é diferente das demais regiões, diferente das demais comunidades. E o que vemos, Deputado Nelson Tureck - com o maior respeito que tenho por Vossa Excelência - tanto o Governo Federal, quanto o Governo do Estado do Paraná, pouco ou nada estão fazendo para manter o homem no campo.

Não quero aqui me aprofundar numa crítica mais dura com relação à Secretaria da Agricultura, mas se vê claramente, você vê em todos os movimentos que brotam da terra, do pequeno agricultor, seja através dos Sindicatos, de Associações, semanalmente, hoje mesmo, ontem, muitas lideranças aqui no Plenarinho da Assembléia, na Comissão de Constituição e Justiça, buscando uma solução para uma economia alternativa na área rural, através da diversificação da propriedade rural.

Não há, concretamente - com o maior respeito que tenho a Vossa Excelência, que é defensor intransigente e por isso que Vossa Excelência cresce no meu conceito - não há um programa concreto, absolutamente em favor do pequeno agricultor no Estado do Paraná. Não temos isso. Fala-se muito em programação, convênios, faz-se reuniões, discute-se prioridades, agora o próprio "Paraná 12 Meses", quando chega na hora dos critérios para se liberar, faltam critérios para o pequeno agricultor, e não é enquadrado como pequeno agricultor e não é beneficiado pelos recursos.

Temos essa dificuldade. Esse é o quadro, essa é a realidade em todo o Estado do Paraná, no Sul principalmente, na região de Irati e vai até União

da Vitória. Todos lá são pequenos agricultores.

É lamentável, mas temos que dizer que a pequena propriedade está falida, por falta de apoio concreto. Existe muito discurso, muito "oba-oba", tanto do Governo Federal como do Governo do Estado, mas na prática, no afunilamento da questão, do decidir a parada, falta uma decisão política corajosa que venha realmente atender o pequeno agricultor rural.

De qualquer forma, cumprimento Vossa Excelência pela sua preocupação, pela sua defesa intransigente do pequeno proprietário rural do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NELSON TURECK - Concorde, em parte, com o pronunciamento do Deputado Toti Colaço, e discordo em outra parte, quando o Deputado se referiu ao Governo do Estado do Paraná, ao Governo Jaime Lerner. O Governo que preparou um dos maiores programas da história do Paraná, que é a implantação do "Paraná 12 Meses". É um incentivo ao pequeno agricultor.

Tivemos agora a distribuição do calcário para os pequenos agricultores. Tivemos o incentivo ao plantio do algodão, que foram 65 mil pequenos agricultores beneficiados até 3 hectares, num valor, aproximadamente, de 42 milhões de reais a fundo perdido. Só que, o Governador fez a parte dele, está trabalhando para que a agricultura do pequeno seja forte.

Agora, o que estou reclamando hoje, aqui, é a falta de atenção maior do Governo Federal com o nosso Estado do Paraná, com o nosso pequeno agricultor, e temos que cobrar. A política agrícola é feita pelo Governo Federal, pela equipe econômica. E é isso que estamos cobrando.

Vejam bem, além desse programa do pequeno agricultor, o Governo implantou as Vilas Rurais para o pequeno agricultor, para o pequeno trabalhador. No entanto, não vemos recursos da União que venham para o Paraná, aumentando a implantação das Vilas Rurais no Paraná, um projeto que é um exemplo no Brasil, inclusive o Governador Jaime Lerner sendo a 9ª personalidade do mundo e a 1ª do Paraná.

É preciso uma atenção maior do Governo Federal com o nosso rico Paraná, para atender os projetos que são

reivindicações de todos nós e do nosso Governador Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tinha programado subir hoje na tribuna, para me pronunciar. Mas, levando em consideração os eventos, a ocorrência aqui, ontem, verificada no Plenário desta Casa, achamos por bem fazer uso da palavra para fazer a nossa análise sobre a situação de ontem constatada.

Nós todos, população do Oeste e Sudoeste do Paraná, reprovamos, rejeitamos a atitude de agressão de uma das pessoas que se encontravam aqui na tribuna de honra, ao Deputado Irineu Colombo.

Afinal de contas, todos os Parlamentares têm o direito constitucional de se manifestarem, livremente, admoestados, repelidos, principalmente fisicamente. Vivemos num país democrático, aonde as instituições precisam ser respeitadas.

É dentro deste ponto de vista que nos solidarizamos com o Deputado Irineu Colombo, com relação a agressão sofrida aqui dentro deste Parlamento.

Todavia, Sr. Presidente, quando usei da palavra ontem, disse aqui desta tribuna que o clima lá na região é um clima de revolta, é um clima de angústia e que os nervos estão à flor da pele. Parece até que aquele evento que ontem se registrou aqui no Plenário deste Parlamento, veio para se confirmar a profecia que antes havíamos feito: de que necessário se faz a intervenção do Governo do Paraná e da COPEL, para que fatos mais graves não venham acontecer lá no Sudoeste e Oeste do Paraná.

Fica aqui, Sr. Presidente, a nossa manifestação àquele exemplo aqui registrado, em que pese ser repugnável, em que pese ser por todos nós inconcebível, principalmente por ele ter ocorrido aqui dentro deste Parlamento, no Poder Legislativo que representa, na verdade, o pulmão da democracia. Mas, é preciso levar em consideração, os nervos estão à flor da pele, a angústia e enorme, o nervosismo está esgotando com a paciência da população, até porque no mês de dezem-

bro, as comportas da Usina de Salto Caxias serão fechadas, e aí, a população não terá a quem pedir socorro.

É a última oportunidade. Daqui para a frente, evidentemente, os manifestos, as tomadas de decisões serão fortes e contundentes, por parte da população, lá no canteiro de obras, lá nos municípios que foram e que estão sendo impactados com a construção desta barragem.

Apenas para dar este recado aos Deputados que compõem este Parlamento, que levem a ocorrência de ontem, aqui, como exemplo de como está o clima lá na região. Porque quando usamos a tribuna aqui, não estamos brincando, não estamos, na verdade, criando um caso que não existe. É um clima hipertenso de revolta e de indignação.

Concluo, Sr. Presidente, porque uso a tribuna para me solidarizar com o Deputado Irineu Colombo, bravo companheiro que aqui temos neste Parlamento, pessoas que respeitamos profundamente, companheiro combativo, leal, em que pese, evidentemente, não concordar com a sua posição de ontem e de outros dias aqui já registrados nos Anais deste Parlamento. Mas não aceitamos o episódio verificado dentro desta Assembléia.

Queremos deixar claro aqui, a situação crítica, nervosa, o barril de pólvora que hoje está instalado lá no Oeste e no Sudoeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Encerrado o Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

PL. PPB.

(Declinam)

PPB. Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero fazer um comunicado e não vou ocupar o tempo da liderança do partido, do PPB, e peço desculpas ao Deputado Beraldin, que pediu para usar esse tempo e eu já estava inscrito para falar neste horário.

Hoje pela manhã, ouvi o pronunciamento do Deputado Nelson Tureck, a respeito da situação dos nossos agricultores, e tivemos várias entidades reunidas conosco para um assunto muito importante que já está acontecendo em Santa Catarina, em Brasília e em Minas

Gerais, e as entidades estão discutindo a possibilidade de que isso venha a acontecer no Estado do Paraná.

Estiveram aqui a Associação dos Secretários Municipais de Agricultura, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, a FETAEP, a Secretaria Estadual de Relações de Trabalho e Emprego, vários sindicatos dos trabalhadores rurais, a Cooperativa de Crédito Rural, a CUT, enfim, várias entidades que representam a sociedade civil organizada, entidades não governamentais estiveram aqui numa reunião, na Sala de Comissões, com a Comissão de Agricultura, especificamente conosco, e a solicitação, o pedido dessas entidades, participaram cerca de 30 pessoas, é de que fizéssemos aqui na Assembléia Legislativa, um projeto de lei que pudesse minimizar ou melhorar a fiscalização dos produtos artesanais produzidos pelos nossos agricultores. São produtos desenvolvidos de forma artesanal ou em pequena escala pelos agricultores do Paraná, e que encontram dificuldades na sua fiscalização e comercialização, devido a muitos problemas que os nossos agricultores encontram para que esses produtos sejam comercializados.

É uma atividade que gera emprego, é uma atividade que mantém o pequeno agricultor no campo, é uma atividade que dá possibilidade da transformação da pequena produção no produto bruto industrializado e desta forma, gerando emprego, agregando valor e dando alternativa aos nossos pequenos agricultores.

Desta reunião, surgiu uma comissão encabeçada pela Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, onde o Secretário Executivo desta Comissão é a FETAEP e com todas essas entidades que irá se reunir a primeira vez no dia 24, terça-feira, para que possamos discutir uma alternativa de um projeto de lei, a exemplo do que já existe em Santa Catarina e em Brasília e em Minas Gerais, para que possamos dar aos nossos agricultores, a possibilidade de ter a transformação do seu produto, e que ele seja inspecionado, tenha a sua marca comercial e tenha a possibilidade de ser colocado no mercado, sem aqueles impropérios que existem para a estrutura que o agricultor precisa ter para gerar esse produto, e muito menos, sem os empecilhos, muitas vezes de uma fiscalização

que não compreende as necessidades do nosso pequeno agricultor.

Temos que gerar produtos de grande qualidade. De qualidade que não venham atingir ou proporcionar qualquer risco à população que consome, mas aquele agricultor que produz o açúcar mascavo, que produz a lingüiça caseira, que faz o queijo, os doces e conservas, ou seja, aqueles produtores que estão transformando essa atividade numa atividade rentável na sua propriedade e colocando no mercado um produto de boa qualidade, possam fazê-lo sem dúvida nenhuma, com uma marca comercial que seja reconhecida pela sanidade e qualidade do produto, e isso possa ser transformado numa renda, como já disse, e na agregação de valor dos seus produtos.

Portanto, faço este comunicado para que não tenhamos a paternidade desse projeto. É um projeto que deve ser de todos os Deputados desta Casa e que possamos dar esse sustentáculo legal para que os nossos produtores tenham essa condição de produzir os produtos artesanais, ou seja, a agro-indústria na sua concepção, lá na propriedade, na Associação dos Agricultores, enfim, onde os agricultores possam fabricar esses produtos.

Na terça-feira, dia 24, estaremos reunidos, e quero fazer um convite a todos os Deputados que quiserem participar, na Sala de Comissões, às 10 horas, estaremos discutindo para que possamos estabelecer um projeto único a ser colocado nesta Assembléia, e votado, para que seja transformado em lei, respeitando a legislação federal e também a legislação estadual já existente sobre o assunto, mas que possamos aí, trabalhar, uma lei específica para os produtos artesanais, gerados pelo agricultor, porque a situação do agricultor está muito difícil.

Fizemos, há poucos dias, um levantamento, e verificamos que após a edição do Plano Real, perdemos cerca de 3 milhões de empregos no campo. E se formos verificar os dados da balança comercial do país, vamos verificar que a nossa agricultura foi a que mais contribuiu para o equilíbrio da balança comercial e em muitos setores da nossa agricultura, das culturas tradicionais, estamos perdendo a possibilidade da competitividade. Porque os nossos agricultores não suportam produzir e competir com produtos vindos

de outros países, e aqui o nosso produtor, sem um amparo de uma política agrícola que possa lhe dar condições para continuar produzindo.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, e quero agradecer a participação de todas as entidades que estiveram na Assembléia do Paraná, e na terça-feira que vem, estaremos discutindo os itens de um projeto de lei que deveremos apresentar, aqui na Assembléia, especificamente para a atividade agroindustrial, principalmente da produção artesanal dos nossos agricultores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 298, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli e César Seleme, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/96, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Guarapuava - AOADAG, no Município de Guarapuava. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 128, de 27/08/96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 401/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri,

visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Guarapuava - APADAG, no Município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do Parágrafo Único do Art. 1º da Lei nº 9271, de maio de 1990. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 166, de 06.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 343/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 343/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, altera a redação do parágrafo único do art. 1º, da Lei nº 9271 de 24 de maio de 1990.

Analizando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação, nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 208, de 25.11.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 669/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edno Guimarães,

visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Artesãos de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores Pôr-do-Sol, com sede e foro no Município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 220, de 08.12.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 706/97

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores Pôr-do-Sol, com sede e foro no Município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 742/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mães e Pais do Conjunto Aquiles Stenghel - AMPAS, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 235, de 18.12.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 742/97

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, visa declarar de Utilidade Pública a Asso-

ciação de Mães e Pais do Conjunto Aquiles Stenghel - AMPAS, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 744/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Veneza - ACOVE, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 238, de 19.12.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 744/97

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária Veneza - ACOVE, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Esportistas do Jardim Alvorada de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 02, de 17.02.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 004/98

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Esportistas do Jardim Alvorada de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá.



Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/98, de autoria dos Deputados Anibal Khury, Plauto Miró e outros, que estabelece em toda a vistoria realizada pelo INCRA, em território do Estado do Paraná, visando identificação de áreas para fins de reforma agrária, haverá participação de um técnico da SEMA e um da SEAB, e de um técnico do Município onde ocorrer a vistoria. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J... COM EMENDA DA C.C.J... EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 02, de 17.02.98).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### EMENDA ADITIVA AO

##### PROJETO DE LEI Nº 014/98

Ficam acrescidos ao Projeto de Lei nº 014/98, os seguintes artigos, renumerados os demais:

"Art. ... - As famílias a serem assentadas nas áreas desapropriadas deverão constar de relação elaborada pelos municípios, de acordo com o Estatuto da Terra, devidamente cadastradas e selecionadas pelo Estado e INCRA.

Art. ... - Toda e qualquer ação de racadastramento de iniciativa da União, que produza significativo impacto regional, será precedida de estudos técnicos visando análise e avaliação de seus impactos sócio-econômicos".

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) ANIBAL KHURY - Autor

JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 014/98

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Anibal Khury, Plauto Miró Guimarães e outros, tem por objetivo estabelecer que em toda vistoria realizada pelo INCRA, em território do Estado do Paraná, visando

identificação de áreas para fins de reforma agrária, haverá participação de um técnico da SEMA e um da SEAB, e de um técnico do município onde ocorrer a vistoria.

Da análise da referida matéria, manifestamo-nos favoravelmente na forma da emenda apresentada pelo autor (anexa).

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei que estamos votando agora, estabelece que em toda vistoria realizada pelo INCRA em território do Estado do Paraná, visando identificação de áreas para fins de reforma agrária, haverá a participação de um técnico da Secretaria de Meio Ambiente, de um técnico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e de um técnico do município onde ocorrer a vistoria. Estabelece, ainda, critérios para a desapropriação de terras, bem como vincula a implantação de projetos de reforma agrária e prévio licenciamento do IAP.

Srs. Deputados, a Constituição Federal...

(Lê voto em separado do Projeto de Lei)

Desta forma, a pretensão do referido projeto em estabelecer critérios para a qualificação de áreas consideradas improdutivas é inconstitucional, pois como vimos, a Constituição reserva à União a competência para tal matéria, bem como, estabelece critérios, requisitos e forma de pagamento, não cabendo ao Estado dispor sobre a matéria.

Por outro lado, não temos nenhuma omissão legislativa, a matéria está toda regulamentada, e portanto, não há em que o Estado do Paraná possa dispor sobre a matéria.

Ademais, o artigo 3º deste plano de lei, pretende que a implantação de projetos e reforma agrária no Estado do Paraná dependa de prévio licenciamento do IAP. Uma pretensão completamente descabida, pois como se viu, a competência federal e o INCRA sendo um órgão federal, tem autonomia para implementar tais projetos.

Por fim, a pretensão de inserir técnicos do IAP, SEMA e SEAB, nas equipes de vistoria. Tomamos conhecimento que há um acordo entre o Governo do Estado do Paraná e o INCRA, em que todas essas vistorias, os técnicos dessas áreas têm participado dessas vistorias.

E ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, foi ainda apresentada a emenda que não tinha sido analisada pelo nosso voto em separado, pelo nosso parecer, e um dos artigos da emenda, estabelece que toda e qualquer ação de racadastamento e iniciativa da União que produza significativo impacto regional será precedido de estudos técnicos, visando a análise e avaliação dos seus impactos sócio-econômicos.

Ou seja, está estabelecendo ainda, o que o INCRA tem que fazer. O INCRA é um órgão federal, e uma lei estadual, estabelecendo ainda o que achamos ou pensamos que cabe ao INCRA fazer.

É inconstitucional tal projeto. Já votamos na Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade, e é o nosso voto, agora, também no Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação. **Aprovado.**

Com voto contrário dos ilustres Deputados Orlando Pessuti, Toti Colaço, Dr. Rosinha, Nereu Moura, Romanelli e Emerson Nerone.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Ratificação de voto.

O fato de estarmos votando esse projeto hoje, de forma contrária, é pelos mesmos argumentos apresentados pelo Deputado Rosinha.

Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça, junto com o Deputado Toti Colaço e o Deputado Caíto Quintana, a Bancada do PMDB também votou contrário ao parecer do Deputado, se não me falha a memória, Duílio Genari, porque entendemos que o projeto, embora tenha o mérito que o justifique, o mesmo está evidentemente vitimado pelo vício da inconstitucionalidade.

Então, por esta razão, estando neste momento votando a questão da constitucionalidade do projeto, votamos contrário a ele.

O SR. EDSON LINO (Pela Ordem) - Gostaria de pedir a Vossa Excelência

que retirasse este projeto da pauta e que ele fosse para a Comissão de Terras, porque aqui, a participação do INCRA, da SEMA, da SEAB, e por que não a Comissão Técnica da Assembléia, de direito, participar também da vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência será atendido na Sessão de amanhã, entrando o requerimento, já que foi aprovado na Sessão de hoje, com os votos contrários expostos aí no Plenário.

Com a palavra, o Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) -

Apenas para reforçar, o meu pedido é realmente esse, que esse projeto volte à Comissão de Terras da Casa, já que é um projeto inerente àquela Comissão.

Só não entendi, Sr. Presidente, então, está garantido, volta para a Comissão de Terras, sem que haja necessidade de amanhã apresentar emendas?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O ilustre Deputado Edson da Silva Lino apresentará o requerimento neste teor que Vossa Excelência fala.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Excelência, só queria que retificasse a meu voto, o meu voto é favorável ao Projeto de Lei nº 014/98.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Será notificado à Ata.

Com a palavra, o ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, já passou por várias Comissões desta Casa esse projeto, e vem com parecer de várias Comissões, de onde, acredito que não precisa mais retornar à Comissão de Terras para receber um parecer daquela Comissão.

Acho que é matéria vencida. O projeto já foi votado em 1ª discussão, e amanhã, com certeza, em 2ª discussão, será aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Acho que é claro e evidente. O ilustre Deputado Edson Lino, com a

vossa pessoa e mais o Deputado Anibal Khury, haverá de haver uma concordância no requerimento que o Deputado irá apresentar.

Sobre a mesa, Requerimento nº 307-A, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 300, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 299 e 301 a 303, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -  
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 304, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Luiz Accorsi e Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 307, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 297 e 306, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para às dezesseis horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 411/96, 166, 725/97 e do de Resolução nº 023/97.

E marco ainda, outra Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 19, às dez horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 401/96, 343, 669, 706, 724, 744/97, 004 e 014/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/97.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 18 DE MARÇO DE 1998.

"Pedágio vai aumentar o custo da agricultura"

#### Boletim Informativo da FAEP

A Federação da Agricultura do Paraná (FAEP) e a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR) estão preocupadas com a cobrança do pedágio nas rodovias paranaenses do Anel da Integração e seu impacto sobre a agropecuária. O problema está nas tarifas, que vão representar um aumento significativo nos custos de produção da agricultura, já onerada pelos insumos, serviços e tributos. Uma das propostas é que seja adiada a cobrança de pedágio, evitando problemas na comercialização da safra 1998, que já está em andamento, para que os demais itens possam ser analisados.

Devido à gravidade da situação, será entregue dia 19 um documento ao Governador Jaime Lerner em que as duas entidades alertam para o risco de comprometimento da participação paranaense nos mercados nacional e internacional, reivindicando medidas que amenizem o impacto dessa cobrança.

Um levantamento realizado pelos técnicos das entidades aponta aumentos que variam de 25% a 50% do valor do frete da soja, o mais importante produto de exportação do Paraná no trajeto entre as principais regiões produtoras e o Porto de Paranaguá. A soja tem os preços regulados pelo mercado internacional e o peso do pedágio será repassado integralmente ao produtor, que para não perder a competitividade terá que arcar com a diferença em prejuízo da renda do setor. A repercussão da cobrança na renda agrícola ficará entre 2,80% a 5,6% dos custos da soja. No caso do milho, o pedágio vai impli-

car num ônus entre 2,80% e 5,6% sobre o que gastar para produzir.

Segundo o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, são muito graves os riscos que a cobrança do pedágio traz para a economia paranaense. "O Paraná perde competitividade e renda", diz ele. A posição é compartilhada pelo presidente da OCEPAR, João Paulo Koslovski, que considera a tarifação do pedágio, e a possibilidade de criação do Fundo Nacional de Transportes, que irá tributar os combustíveis, ameaças à agricultura, pelos novos custos que acarretam, e a redução ainda maior das possibilidades de participação da agricultura paranaense nos mercados interno e externo.

#### Produtos Primários

Entre as providências sugeridas

pela FAEP e OCEPAR, estão a cobrança de tarifas mais baixas e o pagamento do pedágio unidirecional, isentando ou reduzindo os preços no retorno de fretes agrícolas. As entidades reivindicam também a isenção de pedágio para produtos agrícolas primários que tenham a nota fiscal de produtor rural, e a suspensão do reajuste das tarifas, prevista para o mês de maio.

Além dessas medidas, uma das propostas apresentadas visa a criação de um conselho consultivo integrado por representantes dos usuários, das rodovias, governo e consórcios, com a finalidade de acompanhamento da gestão e do cumprimento das metas e serviços contratados.

Influência do Pedágio na Produção Agrícola					
Trecho	Valor do Pedágio (R\$)	Equiv. Milho (sc)	Equiv. Soja (sc)	Δ % Pedágio / Custo Operacional	
				Milho	Soja
Maringá - Paranaguá	96,50	12,86	6,61	3,38	2,04
Cascavel - Paranaguá	106,50	14,20	7,29	3,73	2,25
Londrina - Paranaguá	96,50	12,86	6,61	3,38	2,04
Ponta Grossa - Paranaguá	44,50	5,93	3,05	1,56	0,94
Foz do Iguaçu - Paranaguá	132,50	17,66	9,07	4,65	2,81
Campo Mourão - Paranaguá	106,50	14,20	7,29	3,73	2,25
Apucarana - Paranaguá	86,50	11,53	5,92	3,03	1,83
Cornélio Procopio - Paranaguá	111,00	14,80	7,60	3,90	2,35
Araucária - Paranaguá	19,00	2,53	1,30	0,66	0,40

Fonte: OCEPAR

Data Base: Fevereiro/98

Observações:

Custo Operacional milho - R\$ 6,33

Custo Operacional soja - R\$ 10,50

Valor saca do milho - R\$ 7,40

Valor saca soja - R\$ 14,60

Considerou-se o valor do pedágio somente em um sentido

## Atas das Comissões.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Duílio Genari, Caíto Quintana, Dr. Rosinha, César Seleme, Élio Rusch, Eduardo Trevisan, Basílio Zanusso, Toti Colaço e mais o Deputado Orlando Pessuti. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 403/97, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL com emenda do Deputado Toti Colaço, lido pelo Deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 037/98 de autoria do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 040/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 022/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 035/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 723/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 025/98 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 682/97, de autoria do Deputado Júlio Ando. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 745/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 729/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 471/97, de autoria do Deputado César Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Depu-

tado Élio Rusch - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 021/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 023/98 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 026/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Rusch - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 009/98, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Zuk, Marquinhos Alves, Edgar Bueno e José Tavares, que dispõe sobre reeleição de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná. Devido a preocupação de todos os Deputados desta CCJ com relação à matéria, o Sr. Presidente determina a retirada da pauta do presente Projeto de Lei, bem como a convocação do Sr. Roberto Frederico Merhry, Presidente da APIESP, para prestar esclarecimentos na próxima reunião. Também determinou a entrega de cópia para todos os integrantes desta Comissão. 16) Projeto de Lei nº 375/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL, com emenda do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 685/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 696/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Concedido VISTAS aos Deputados Caíto Quintana e Orlando Pessuti; 19) Projeto de Lei nº 014/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL, com emenda do Deputado Duílio Genari - APROVADO, com voto em separado do Deputado Dr. Rosinha e votos contrários dos Deputados Caíto Quintana, Toti Colaço e Dr. Rosinha; 20) Projeto de Resolução nº 033/97, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO. O Deputado Toti Colaço solicita que seja registrado em ata a satisfação por ter parentes na região. O Deputado Eduardo Trevisan diz ser solidário à luta da população durante anos pela criação deste município. O Deputado Duílio Genari registra a presença dos Srs. Agenor Smicelato, Olisses Sartor, Said Matar, Fidelcina Augusto dos Santos Rocha, Niceu Espreia, Jaime Gans, Juca Chister, Antonio Rodrigues, Gilson Nogueira, Lauro Benato, João Mucier, nesta reunião; 21) Projeto de Lei nº 652/97, de autoria

do Deputado César Seleme. Parecer FAVORÁVEL, com emenda do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 039/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Concedido VISTAS ao Deputado Dr. Rosinha. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados, e por mim, Ana Lucia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA  
Presidente  
Ana Lucia Andretta  
Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 522/97, 584/97, 616/97, 658/97 e 659/97, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME  
Presidente  
Severo Olimpio Sotto Maior  
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação,

sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo

sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 681/97, 684/97 e 695/97, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME  
Presidente  
Severo Olimpio Sotto Maior  
Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala da Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão, sob presidência do Deputado Irineu Colombo. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 126/97, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 392/97, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 476/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) IRINEU COLOMBO  
Presidente  
Richard Ruppel Sotto Maior  
Secretário



**13ª. LEGISLATURA - 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA**  
**6ª. ATA ORDINÁRIA**  
**05 DE MAIO DE 1998**

Aos cinco dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, José Maria Ferreira, Toti Colaço, Edgar Bueno, Eduardo Trevisan, Cesar Seleme, Florisvaldo Fier, Carlos Simões e Walmor Trentini. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº. 136/98 de autoria do Deputado Joel Coimbra que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Mandaguaçu - Paraná. Parecer favorável do Deputado Walmor Trentini - Aprovado; 02) Projeto de Lei nº. 135/98 de autoria do Deputado Joel Coimbra que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Paçandu - Paraná. Parecer favorável do Deputado Walmor Trentini - Aprovado; 03) Projeto de Lei nº. 129/98 de autoria do Deputado Joel Coimbra que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de São Jorge do Patrocínio - Paraná. Parecer favorável do Deputado Walmor Trentini - Aprovado; 04) Projeto de Lei nº. 130/98 de autoria do Deputado Joel Coimbra que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Doutor Camargo - Paraná. Parecer favorável do Deputado Walmor Trentini - Aprovado; 05) Projeto de Lei nº. 131/98 de autoria do Deputado Joel Coimbra que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Ribeirão Claro - Paraná. Parecer favorável do Deputado Walmor Trentini - Aprovado; 06) Projeto de Lei nº. 719/98 de autoria do Deputado Beto Richa que veda a aquisição de produtos contendo substâncias que destroem a camada de ozônio. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - Aprovado; 07) Projeto de Lei nº. 346/97 de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo que declara de utilidade pública a Associação Medianeirense dos Surdos Fissurados, com sede e foro no Município de Medianeira. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 08) Projeto de Lei nº. 265/97 de autoria do Deputado Cesar Seleme que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Araucária. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 09) Projeto de Lei nº. 067/98 de autoria dos Deputados Aníbal Khury, Péricles de Mello e Joel Coimbra que anistia em 75%, o pagamento das multas devidas junto ao DETRAN-PR referente ao uso do cartão de estacionamento regulamentado pelos municípios do Estado do Paraná e adota outras providências. Concedido vistas aos Deputados Florisvaldo Fier e José Maria Ferreira; 10) Projeto de Lei nº. 050/98 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins que proíbe a aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade, sem autorização dos pais ou responsáveis e dá outras providências. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 11) Projeto de Lei nº. 172/97 de autoria da Deputada Irondi Pugliesi que declara de utilidade pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Guaraci -

Paraná. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 12) Projeto de Lei nº. 241/97 de autoria do Deputado Sâmis da Silva que declara de utilidade publica a Casa da Recuperação Maranata, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 13) Projeto de Lei nº. 103/98 de autoria do Deputado Joel Coimbra que declara de utilidade publica a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Doutor Camargo, com sede e foro naquele município. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 14) Projeto de Lei nº. 111/98 de autoria do Deputado Durval Amaral que declara de utilidade publica a Casa do Caminho - Albergue Infantil, com sede e foro no Município de Londrina. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 15) Projeto de Lei nº. 108/98 de autoria do Deputado Eduardo Trevisan que declara de utilidade publica a Associação dos Deficientes Físicos de Cornélio Procópio, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio - Paraná. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 16) Projeto de Lei nº. 122/98 de autoria do Deputado Nelson Garcia que declara de utilidade publica a Associação de Senhoras de Rotarianos de Rondon, no Município de Rondon. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 17) Projeto de Lei nº. 134/98 de autoria do Deputado Ricardo Chab que declara de utilidade publica a Ação Comunitária Batista no Boqueirão - ACBB, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Paraná. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 18) Projeto de Lei nº. 148/98 de autoria do Deputado Edgar Bueno que declara de utilidade publica a ASSORPE - Associação de Representantes dos Programas e Entidades de e para Portadores de Deficiência, com sede e foro no Município de Cascavel. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 19) Projeto de Lei nº. 133/98 de autoria do Deputado Walmor Trentini que declara de utilidade publica a Associação das Senhoras de Rotarianas de Terra Rica, com sede e foro no Município de Terra Rica - Paraná. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 20) Projeto de Lei nº. 099/98 de autoria do Poder Executivo que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação Mantenedora do Centro de Prevenção - ANCIP e à Associação Beneficente Renascer, as áreas que especifica. Parecer favorável do Deputado Cesar Seleme na forma da emenda anexa - Aprovado; 21) Projeto de Lei nº. 747/97 de autoria do Poder Executivo que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Instituto de Estudos e Pesquisas da Excepcionalidade - IEPE, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica. Parecer favorável do Deputado Cesar Seleme na forma da emenda anexa - Aprovado; 22) Projeto de Lei nº. 691/97 de autoria do Deputado Sergio Spada que dispõe sobre o prazo para discussão com os Municípios do Estado das propostas de plano plurianual e da Lei orçamentária anual. Parecer contrário do Deputado Cesar Seleme - Aprovado; 23) Projeto de Lei nº. 709/97 de autoria do Deputado Sergio Spada que autoriza a implantação, na UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu, do Centro de Estudos das Relações do Trabalho no Mercosul. Parecer favorável do Deputado Eduardo Trevisan - Aprovado; 24) Projeto de Lei nº. 143/98 de autoria do Deputado Joel Coimbra que dispõe da obrigatoriedade de afixação do numero de telefone 1512 em estabelecimentos neste Estado. Parecer favorável do Deputado Eduardo Trevisan - Aprovado; 25) Projeto de Lei nº. 440/97 de autoria do Deputado Nelson Garcia que autoriza o Poder Executivo, a reverter ao Município de Xambrê, o imóvel que

especifica. Parecer favorável do Deputado Eduardo Trevisan à emenda de Plenário - Aprovado; 26) Projeto de Lei nº. 045/98 de autoria do Deputado Walmor Trentini que denomina a Vila Rural da Mandiocaba no Município de Paranavaí, como Vila Rural Vereador José Dolvino Garcia. Parecer favorável do Deputado Eduardo Trevisan - Aprovado; 27) Projeto de Lei nº. 106/98 de autoria do Deputado Aníbal Khury que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Guaratuba. Parecer favorável do Deputado Eduardo Trevisan - Aprovado; 28) Projeto de Lei nº. 145/98 de autoria dos Deputados Aníbal Khury e Caíto Quintana que dispõe que os exames para detecção do Diabetes e da Hipertensão Arterial, serão realizados gratuitamente pelos Postos de Saúde no estado do Paraná. Concedido vistas aos Deputados Florisvaldo Fier e Carlos Simões; 29) Projeto de Lei nº. 105/98 de autoria do Deputado Aníbal Khury que autoriza o Poder Executivo a doar a Congregação das Irmãs Filhas da Cruz, imóvel no Município de Bocaiúva do Sul. Concedido vistas ao Deputado Florisvaldo Fier; 30) Projeto de Lei nº. 144/98 de autoria do Deputado Joel Coimbra que dispõe sobre a transferência de alunos entre as instituições de ensino superior do Estado, nos termos dos artigos 49 e 50 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação). Concedido vistas ao Deputado José Maria Ferreira. O Senhor Presidente determina a entrega de cópia da presente matéria a todos os Deputados integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça; 31) Projeto de Lei nº. 080/98 de autoria do Deputado Nelson Justus que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul. O Deputado Relator Toti Colaço solicita mais prazo - Deferido; 32) Projeto de Lei nº. 399/96 de autoria do Deputado Toti Colaço que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, a firmar convênio com as Prefeituras Municipais ou Empresas Privadas, conforme especifica. Parecer favorável do Deputado José Maria Ferreira - Aprovado; 33) Projeto de Lei nº. 091/98 de autoria do Deputado Cezar Silvestri que altera a redação da Lei nº. 11.880, de 25 de novembro de 1997, que declarou de utilidade pública o Serviço Social da Construção Civil no Estado do Paraná. Parecer favorável do Deputado Duílio Genari - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lucia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

  
**JOEL COIMBRA**  
Presidente

  
**ANA LUCIA ANDRETTA**  
Secretária